

Marcílio nega choque e anuncia austeridade

Sem choques, sem invenções, o governo Collor está anunciando uma política econômica a mais ortodoxa possível. Isso significa: o Governo pretende cortar gastos, reduzir suas dívidas e aumentar receitas, de tal modo que, em 1993, não haja mais déficit público, ou seja, que ao final do ano sobre dinheiro nas contas do Governo, em vez de faltar, como tem acontecido nas últimas duas décadas. É um esforço enorme. Neste ano, devem faltar nas contas do setor público (incluindo Governo Federal, estatais, estados e municípios) algo como 9,6 bilhões de dólares (um déficit de 2,4 por cento do Produto Interno Bruto).

Para 1993 a meta é um superávit de 0,6 por cento, uma sobra de 2,4 bilhões de dólares. Portanto, o setor público vai economizar e/ou ganhar receita num total de 12 bilhões de dólares. O custo disso: mais dois anos sem crescimento econômico. Ou, dois anos de ajuste fiscal, como se chama essa política de contenção e encolhimento do setor público. O benefício esperado: a estabilidade da economia e a retomada do

crescimento, sem inflação.

Essa é a mensagem que o ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, apoiado por assessores, transmitiu ontem a um grupo de jornalistas chamados ao Ministério, em Brasília, para sofrer um "choque de verdade". A exposição central, com numerosas transparências, coube ao secretário de Política Econômica, Roberto Macedo, que já a fez para o Conselho da República, para o Ministério e para as lideranças do Congresso Nacional.

Consiste, em resumo, no seguinte: mostra o tamanho do buraco do setor público no Brasil, mostra como, há duas décadas, o País vem empurrando com a barriga e financiando o déficit público através de inflação (com o Governo aumentando suas dívidas e emitindo dinheiro), mostra que são necessárias soluções definitivas (e as indica), se o País quiser inverter o que tem acontecido, um empobrecimento generalizado.

Déficit — O governo Collor acha que já fez muito para controlar a crise do setor público e os principais números que exhibe pa-

ra apoiar a tese são os seguintes: em 1989 (último do governo Sarney) o déficit total do setor público chegou a quase 7 por cento do Produto Interno Bruto, um buraco tão grande quanto o recorde da década, que foi de 1982. Em 1990, primeiro de Collor, o Governo conseguiu a proeza de um superávit, o primeiro em duas décadas, de pouco mais de 1 por cento do PIB. Parte desse superávit decorreu de medidas tomadas no primeiro Plano Collor, com a criação de impostos sobre poupança financeira. Cálculos do Governo indicam que o País perdeu na década de 80 nada menos que 530 bilhões de dólares. Produtos e serviços que deixaram de ser produzidos por falta de uso da capacidade instalada e pela má qualidade dos investimentos feitos no período. E se o País tivesse crescido nos anos 80, conforme as taxas históricas verificadas desde os anos 40 até a década de 70 (algo como 7 por cento ao ano), teria produzido 1 trilhão de dólares a mais (ou seja, perderam-se quase três Produtos Internos Brutos, calculados aqui em 400 bilhões de dólares).



Marcílio, entre Passarinho e Maciel, fez uma verdadeira radiografia da crise e apontou as saídas